

O Jornal “O Cidadão” e os desafios para a sustentabilidade de veículos de comunicação comunitária

Marcelo Hernandez Macedo*

Artur Seidel Fernandes**

Maysa Ferreira***

Resumo

Este artigo apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa de campo com observação participante que a equipe do Laboratório de Comunicação Dialógica da Faculdade de Comunicação Social da Uerj vem desenvolvendo junto a veículos de comunicação comunitária. O trabalho analisa a trajetória e os principais desafios enfrentados por um destes veículos, o Jornal “O Cidadão”, que há quatorze anos circula no conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro. Dentre estes desafios, o artigo focaliza as contradições relacionadas à sustentabilidade dos veículos de comunicação comunitária.

Palavras-chave: Comunicação comunitária, Jornalismo comunitário, Conjunto de favelas da Maré, Sustentabilidade na comunicação comunitária

Abstract

This article presents the first results of a fieldwork with participant observation that is being developed by the Laboratory of Dialogic Communication, Faculty of Social

* Doutor em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ; Professor Adjunto da Faculdade de Comunicação Social da UERJ; Coordenador do Laboratório de Comunicação Dialógica (LCD/UERJ). Principais publicações: *Ocupações e Acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil* (2010), junto com Lygia Sigaud e Marcelo C. Rosa, Coleção Cultura e Economia, Ed. Garamond Universitária, Rio de Janeiro; *Sociedade em movimentos* (2007), junto com Juliana Guaraná e Maria Gabriela Monteiro, ed. Imprinta Express, Rio de Janeiro.

** Graduando em Ciências Sociais na UERJ; Graduando em Comunicação Social na UFRJ; Bolsista do Laboratório de Comunicação Dialógica (LCD/UERJ)

*** Graduando em Filosofia na UERJ; Bolsista do Laboratório de Comunicação Dialógica (LCD/UERJ)

Communication at Universidade do Estado do Rio de Janeiro, in some community communication media. The work analyzes the history and the main challenges faced by one of these vehicles, the newspaper "O cidadão", which circulates during twelve years in the Favela da Maré, Rio de Janeiro. Among these challenges, the article focuses on the contradictions related to the sustainability of the community media.

Key-words: Community communication, Community journalism, Conjunto de Favelas da Maré, Sustainability on the community communication

1. Introdução

Seja definido de modo relacional ou substantivo, o conceito de poder diz respeito aos meios ou recursos necessários para o exercício de influência sobre o comportamento alheio. Segundo Bobbio (1986:995), existem três tipos de recursos de poder: os econômicos, os políticos e os ideológicos. Segundo o autor, “o poder ideológico se baseia na influência que as ideias formuladas de um certo modo, expressas em certas circunstâncias, por uma pessoa investida de certa autoridade e difundidas mediante certos processos, exercem sobre a conduta dos consorciados”. Em outras palavras, o poder ideológico está relacionado com a capacidade de acesso, acúmulo e processamento de informações nas distintas esferas de convivência social¹.

Um dos principais problemas contemporâneos, não menos importante e totalmente relacionado à concentração dos recursos econômicos e políticos, reside na má distribuição dos recursos ideológicos de poder. Nas sociedades capitalistas, os detentores dos meios de produção de recursos materiais possuem também os recursos

¹ Quando falamos em recursos econômicos de poder, estamos nos referindo às trocas de influências baseadas em recursos materiais. Em situações de escassez, pessoas munidas de recursos socialmente valorizados induzem outras que não as possuem a se comportarem de determinada forma. Em geral, o uso deste recurso abrange as relações de trabalho. Os recursos políticos remetem, de acordo com as teorias clássicas, ao uso da força física, monopólio do Estado desde a formação dos chamados “Estados Modernos de Direito”.

necessários para o acesso e a produção do conhecimento considerado legítimo, chamado de “discurso competente” por Chauí (1980:3-15). Conforme nos mostra a autora (1980:41-42), um dos aspectos mais eficazes da reprodução das ideologias dominantes reside na capacidade de estabelecer uma coincidência entre o real e as representações sobre este. Com o intuito de apagar as contradições entre a realidade e suas representações, as quais trariam à tona a luta de classes, as elites que dominam os meios de comunicação agem de modo a fazer com que permaneçam submersas todas as manifestações culturais oriundas das classes dominadas. O discurso competente seria justamente “aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro e autorizado porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem” (Chauí, 1980:7).

Em livro mais recente, a mesma autora nos mostra que não podemos falar da má distribuição dos recursos ideológicos (nos termos de Bobbio) – ou, da questão da democratização da cultura, nos termos da autora – sem tratar das relações entre cultura, Estado e mercado. Aproximando-se de uma abordagem althusseriana, que concebe o Estado como organizador de “aparelhos ideológicos” (Althusser, 1996: 114-117), ela revela seus dois principais modos de atuação no Brasil. Por um lado, quase onipresente no financiamento da cultura, o Estado captura toda a produção cultural ao retirar das classes dominadas o lugar onde efetivamente a cultura se produz. O Estado se apresenta como produtor cultural. Por outro, adota uma perspectiva mercadológica para essa produção. Só é incentivado aquilo que tem valor de mercado. Conclui a autora:

“Se, no primeiro caso, oferecia-se como produtor e irradiador de uma cultura oficial, no segundo oferece-se como um balcão para o atendimento de demandas; e adota os padrões do consumo e dos *mass media*, particularmente o padrão da consagração do consagrado” (Chauí, 2006:134-135).

Se, do ponto de vista ideal, o Estado não é produtor de cultura nem instrumento para seu consumo, Chauí acredita que este pode ser responsável por garanti-la como um direito. O Estado poderia garantir aos cidadãos o direito de acessar os bens culturais, o direito de produzi-los e o direito de participar das decisões sobre políticas culturais. Nas palavras da autora:

“Trata-se pois, de uma política cultural definida pela idéia de cidadania cultural, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento, aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária, mas se realiza como um direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social de classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural” (Chauí, 2006:138).

A partir da constatação da concentração na produção midiática e de seus impactos de diversas naturezas – sociais, políticos, culturais, econômicos etc - grupos sociais no Rio de Janeiro e em outras grandes metrópoles vêm tentando desenvolver novos espaços para a produção de informações. Seja por meio de jornais, rádios, cineclubes, grupos de teatro, eventos musicais, sites, blogs ou outras formas de exibição de produções culturais locais, esses grupos vêm procurando produzir informações com as quais suas respectivas comunidades se identifiquem. Para além da lógica mercadológica, estes espaços vêm proporcionando a um número expressivo de pessoas o acesso a outros tipos informações, produzidas de outros modos. Estamos falando do universo da chamada Comunicação Comunitária.

Este artigo tem como objetivo apresentar uma experiência de comunicação comunitária e, a partir desta, aprofundar o debate acerca de algumas questões levantadas na bibliografia sobre o tema, com foco sobre a sustentabilidade dos veículos dessa modalidade de comunicação. A experiência a ser apresentada é a do jornal “O cidadão”, que há mais de dez anos circula no conjunto de favelas da Maré.

As fontes de informação para a elaboração deste texto são diversas. O texto apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa de campo com observação participante que está sendo desenvolvida junto ao referido jornal. Esta pesquisa insere-se em um conjunto de outras levadas a cabo no âmbito do recém-criado Laboratório de

Comunicação Dialógica da Uerj (LCD)². Nesse caso, estamos mantendo dois pesquisadores – Artur e Maisa, alunos de graduação, que assinam este artigo – como estagiários do jornal. O autor principal do artigo, Marcelo, coordenador do LCD, trabalhou durante dois anos na ONG que abriga o jornal, em 1999 e 2000, justamente em um projeto que veio a apresentar como um dos seus resultados o surgimento desse veículo. Após alguns anos sem contato com a ONG e o jornal, há cerca de 2 anos retomou relações mais frequentes com alguns de seus membros a partir de visitas destes ao curso de Comunicação Comunitária que ministra na Uerj. Nestas visitas, foram relatadas a trajetória do jornal e os principais desafios que este veículo vem enfrentando. Além dessas fontes, são relevantes também as matérias publicadas pelo jornal e trabalhos acadêmicos realizados sobre este, tais como as dissertações de mestrado de Renata Souza, que foi uma de suas editoras durante alguns anos (Souza, 2011), e de André Esteves, um dos fundadores do jornal (Esteves, 2004).

2. O complexo da Maré, o CEASM e o jornal “O Cidadão”

² No início de 2011, formamos um grupo de estudos sobre Comunicação Comunitária. Durante todo aquele ano, um grupo de pessoas com diferentes níveis de formação (graduandos, graduados, mestres e doutores) discutiu textos sobre teoria da comunicação, mais especificamente a vertente que inspira os autores contemporâneos que refletem sobre a comunicação comunitária. No início 2012, esse grupo, com equipe bastante renovada, veio a constituir o Laboratório de Comunicação Dialógica. Após um ano discutindo textos, decidimos que em 2012 partiríamos direto para o alcance dos objetivos principais do Laboratório, quais sejam, realizar trocas de conhecimentos com grupos de comunicação comunitária. Nessa troca, buscamos sistematizar conhecimentos na área, oferecer apoio a quem está realizando atividades de comunicação comunitária e contribuir para a formação dos alunos. Em outras palavras, articulamos o tripé ensino (disciplina de comunicação comunitária), pesquisa (sistematização de conhecimentos sobre o tema) e extensão (apoio a grupos de comunicação comunitária). Como método para alcançar esses objetivos decidimos realizar pesquisas de campo com observação participante em alguns veículos de comunicação comunitária que já havíamos entrado em contato ao IONGo de 2011, que apresentavam uma trajetória significativa de ações na área e que nos permitissem refletir sobre questões apontadas na bibliografia sobre o tema. A proposta era que nosso grupo se dividisse em algumas frentes de trabalho, e que em cada uma dessas frentes tivéssemos pelo menos um pesquisador de campo que, ao participar como membro daquele veículo, de uma só vez recolhesse informações, apoiasse suas atividades e realizasse uma espécie de estágio que contribuísse para a sua formação. A partir da articulação entre interesses de pesquisa, individuais e disponibilidades dos membros do grupo, decidimos formular propostas de parceria com quatro grupos: o cineclube Mate com Angu (Duque de Caxias), a Rádio Santa Marta, o Jornal “A notícia por quem vive” (Cidade de Deus) e o jornal “O Cidadão” (Maré). Atualmente, além destes dois últimos jornais, estamos acompanhando o Jornal Maré de Notícias, também da Maré, e o grupo Enraizados, de Nova Iguaçu.

Os primeiros moradores do conjunto de favelas da Maré foram nordestinos que ocuparam a região do Morro do Timbau por falta de moradia. A Maré começou a crescer com a construção da Avenida Brasil a partir da década de 1940. As primeiras ocupações foram no Morro do Timbau, por ser naturalmente o único lugar de terra firme. As outras favelas foram construídas sob áreas alagadiças, sendo por isso reconhecida como a única favela carioca com casas estruturadas em palafitas. Nos anos 1960, durante o governo de Lacerda, muitas favelas foram removidas e seus moradores se deslocaram para a Maré. As condições precárias fizeram com que os moradores se organizassem para reivindicar direitos básicos como distribuição de água, eletricidade, esgoto, pavimentação e coleta de lixo. A Associação de Moradores do Morro do Timbau foi uma das primeiras a ser fundada em 1954. Em 1982, o Projeto Rio - que transferiu moradores para casas populares na Vila do João - foi o primeiro grande projeto governamental voltado para os mareenses. Mais recentemente, a Maré também recebeu o projeto de urbanização “Favela-Bairro”.

Atualmente, a Maré é composta por 16 favelas³ localizado entre a Av. Brasil – que liga o Centro da cidade à Zona Norte – e a Baía de Guanabara. O último censo do IBGE, de 2010, apurou que residem ali 129.770 pessoas. Diversos grupos disputam espaços de atuação na Maré. Dentre estes, podemos destacar duas facções do tráfico de drogas (Comando Vermelho e Terceiro Comando Puro); milícias (que dominam algumas favelas), a polícia militar (que tem um batalhão no complexo), outros órgãos públicos (tais como postos de saúde e escolas⁴); diversas igrejas; políticos (candidatos a vereadores e deputados que utilizam a área como curral eleitoral); e várias organizações não-governamentais (ONGs). As alianças e disputas entre estes diversos grupos são

³ Morro do Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Conjunto Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Roquete Pinto (1955), Parque Rubem Vaz (1961), Parque União (1961), Parque Nova Holanda (1962), Praia de Ramos (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila do Pinheiro (1989), Conjunto dos Pinheiros (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1992), Conjunto Nova Maré (1996), Salsa e Merengue (2000).

⁴ São 13 escolas públicas municipais, sendo seis CIEPS (Ensino Fundamental) e sete creches, além de escolas privadas de pequeno porte, voltadas para educação infantil e para o ensino básico. São apenas dois colégios de ensino médio. Não há hospitais e os postos são precariamente equipados.

intensas. É sabido por muitos que a polícia cobra propina aos traficantes que, por sua vez, adotam a mesma política na relação com os comerciantes locais e ONGs. Assim como em diversas outras favelas do Rio de Janeiro, a venda de drogas é aberta, feita às vezes em pequenas bancas no meio da rua. As trocas de tiros entre facções do tráfico e, principalmente, entre estas e os policiais são frequentes e, portanto, assim também o são os casos de moradores executados ou atingidos por balas perdidas. As disputas entre as facções do tráfico, as milícias e a PM criaram um verdadeiro *apartheid* social, com a delimitação de fronteiras para a circulação dos moradores, que procuram evitar circular por favelas dominadas por traficantes rivais ao grupo que domina a favela onde moram.

A caracterização do Complexo da Maré efetuada acima não deve trazer grandes novidades para o leitor. Esse é o tipo de caracterização mais comum, encontrado com frequência nas mídias de massa. Conforme pesquisa recente efetuada pelo Observatório de Favelas, que analisou as matérias que versam sobre as favelas publicadas por três jornais de grande circulação do Rio de Janeiro, 87% destas referem-se à violência, criminalidade, drogas, UPPs ou falta de infra-estrutura urbana. A favela é representada pela mídia e, conseqüentemente, vista por um número expressivo de pessoas como lugar de ausência e violência. Mas, a Maré não é só isso. Na Maré encontram-se também diversos jovens que, com o auxílio de cursos comunitários pré-vestibulares, estão ingressando nas universidades públicas. Na Maré encontram-se grupos de teatro, de dança e, sobretudo, música, com grande diversidade de gêneros. Há blocos de carnaval e uma lona cultural. A Maré tem um Museu que conta a sua história; e tem contadores de histórias, cidadãos comuns que narram suas vidas de suor e trabalho para seus jornais comunitários. A Maré tem jornais comunitários, que, assim como seus moradores, lutam para sobreviver e oferecer aos seus leitores alternativas às representações formuladas nos veículos de massa.

A Maré tem o Ceasm – Centro de Ações Solidárias da Maré –, uma ONG que surgiu no final da década de 1990, formada por alguns jovens moradores da Maré que chegaram à universidade e desejam proporcionar o mesmo para seus vizinhos. Para isso,

montaram um curso pré-vestibular que, desde o início, obteve grande êxito, com a entrada de alguns de seus alunos em universidades públicas. Estimulados, resolveram ampliar suas ações, desenvolvendo outros projetos nas áreas de educação e cultura.

Assim, foi nesse contexto de ampliação das atividades do Ceasm para além do curso pré-vestibular, que surgiu a idéia da implementação de um jornal que se constituísse como um veículo de comunicação comunitária na Maré e fosse útil para a prática e o aprendizado de jovens da comunidade que se interessassem pelo jornalismo. Em 1999, portanto, foi criado o jornal “O Cidadão”, com a dupla missão de desempenhar um papel comunicativo não contemplado pela grande mídia e garantir a experiência de exercício profissional, viabilizando a prática jornalística por quaisquer pessoas interessadas do conjunto de favelas da Maré. Ao IONGo desses 14 anos, o jornal teve periodicidade mensal (com a exceção de alguns períodos), sendo colorido e tendo 24 páginas.

Para a impressão de “O Cidadão”, o Ceasm conseguiu o apoio da Ediouro, uma editora localizada a poucas quadras da sede do jornal, através de um acordo que garantiu a impressão gratuita de 5 mil exemplares por mês. O apoio da Ediouro, durante todo esse tempo, foi fundamental para a existência do jornal, e teve sucessivos aumentos, chegando a 20 mil exemplares por mês. Além disso, o jornal funciona dentro do espaço físico da ONG, e se vale de alguns recursos materiais da mesma.

Nos seus primeiros anos, “O Cidadão” teve como foco as identidades locais do conjunto de favelas da Maré. As notícias eram relacionadas predominantemente à vivência cotidiana da população. Atividades culturais, histórias de vida, habitação, saúde e educação eram alguns dos temas mais recorrentes noticiados. Ao IONGo desse período, o jornal adquiriu substantiva relevância entre os moradores da Maré. Passou a receber cartas com sugestões e denúncias que influenciavam o direcionamento que a equipe dava à produção do jornal, se consolidando gradativamente como um meio importante de informação do conjunto de favelas. Nessa época, o jornal cunhou o termo “mareenses” para se referir aos moradores. A equipe visava fortalecer e afirmar a

identidade de morador da Maré que antes despertava vergonha e constrangimento para a maioria das pessoas.

A partir de 2002, a Maré passa a sofrer com um acréscimo significativo de ações violentas da polícia e, especialmente, da entrada mais freqüente dos “caveirões”, carros enormes e totalmente blindados, com saídas para armas. “Caveirão” foi um apelido dado popularmente a esses veículos, cuja utilização era justificada pelo poder público como forma de preservação da vida dos policiais. De acordo com Eliana Sousa, o uso desses veículos teve grande relevância simbólica na política governamental de segurança pública durante o mandato de Rosinha Garotinho. Eles eram representativos da estratégia de enfrentamento à criminalidade orientada pelo confronto direto com traficantes. Uma das consequências imediatas dessa estratégia, nas favelas, foi o aumento dos casos de mortes e ferimentos em pessoas sem envolvimento com a criminalidade. Sousa afirma que:

“O fato de o policial, no veículo blindado, poder agir sem ser identificado aumenta o uso da violência e o uso de armas contra os moradores sem critério de respeito à vida. Com isso, o sentimento de temor e tensão no cotidiano dos territórios populares foi ampliado de maneira progressiva” (Sousa, 2012: 254).

Assim, sob o argumento do confronto aos grupos armados instalados no conjunto de favelas, a presença dos “caveirões” tornou-se mais freqüente e sua ação muito mais violenta. Os moradores sofriam com a violência cotidiana, tanto em função dos enfrentamentos entre polícia e traficantes, como pela arbitrariedade policial que os acometia diretamente em diversas ocasiões.

“O Cidadão”, a essa altura, já adquirira grande importância diante da população mareense, alcançando um público amplo que frequentemente recorria ao jornal para denunciar os diversos problemas do dia-a-dia das favelas. “O Cidadão” passou a lidar com a cobrança do público por uma posição mais firme diante da violência sofrida nas

comunidades e foi em função da reivindicação dos leitores que o jornal passou a tratar o tema da segurança pública de forma mais intensa e sistemática, sendo esse um traço característico de uma nova fase (Souza, 2001: 72).

Em 2006, uma edição chamada “Quem vai levar a sua alma?”, foi deflagradora dessa nova postura do jornal. A imagem da capa era a foto de um “caveirão” e a matéria principal questionava as políticas de segurança pública existentes na época, relatando, inclusive, diversas manifestações contra a presença dos “caveirões”. Assim, o jornal completou uma década de existência tendo como marca a luta pela vida. O tema da violência cotidiana aparecia constantemente, e passava a ser debatido de forma mais ampla em abordagens que colocavam em pauta as políticas públicas de segurança, os variados processos de criminalização da pobreza, as relações entre a violência e estruturas econômicas e políticas mais abrangentes, as formas de manifestação contra a violência e, finalmente, o acesso a direitos humanos, que se consolidaria como a reivindicação central do jornal a partir de então.

Quando os moradores da Maré sofriam com a violência da ação policial, em diversas ocasiões não havia qualquer registro de outra versão dos fatos além do relatório oficial da polícia – geralmente corroborado pela grande mídia e legitimado por ela como verdade. “O Cidadão” procurou, em muitos desses casos, divulgar a versão dos moradores, frequentemente contrastante, ou mesmo contraditória, em relação à versão oficial. Além das declarações, outros tipos de manifestação contra a violência apareciam no jornal, como cartuns e letras de música, por exemplo. Assim, o jornal apresentava, através do conjunto de matérias divulgadas, um panorama efetivamente crítico sobre a violência cotidiana, composto por variadas formas de expressão da própria população local, que sofria diretamente com o problema.

A urgência da crítica à política de segurança vigente impulsionou, portanto, uma transformação do projeto editorial do jornal, que precisou deslocar o foco de suas reivindicações para a garantia do direito à vida, e, em seguida, dos direitos humanos em geral. Nos primeiros anos do jornal, o receio em falar objetivamente sobre o tema da

violência tinha razões práticas de segurança da instituição e dos indivíduos da equipe. Era importante não expor aquelas pessoas e havia grande temor em entrar em conflito com os interesses dos grupos armados estabelecidos.

Assim, a mudança da linha editorial se deu também atrelada a sucessivas transformações na equipe do jornal. A equipe de “O Cidadão” sempre foi composta basicamente por moradores da Maré, parte deles voluntários, sendo muitas vezes jovens oriundos de outros projetos do Ceasm, principalmente o pré-vestibular, ou militantes de movimentos sociais. Até 2008, durante a maior parte do tempo, a equipe do jornal ganhava bolsas mensalmente, dividindo uma verba oriunda de um patrocínio da Petrobrás. Todos entravam como voluntários e, se houvesse patrocínio, passavam a receber a bolsa.

Em 2008, a direção do Ceasm se dividiu, em função de divergências de ordem política, administrativa e pessoal (Souza, 2001: 56). Essa ruptura afetou profundamente a equipe do jornal, já que, após o racha, não houve renovação do patrocínio da Petrobrás. Para os 6 meses subseqüentes, o jornal conseguiu patrocínio do Governo do Estado, mas também não houve renovação. Dessa forma, “O Cidadão” havia perdido um importante apoio financeiro e a sua relação com a direção do Ceasm se tornaria mais difícil a partir de então.

Durante todo o período de sua existência, o vínculo do jornal com o Ceasm garantiu os recursos básicos para seu funcionamento, já que é da ONG o acordo com a Ediouro, assim como o espaço físico onde “O Cidadão” é sediado. Os recursos para a manutenção do jornal eram garantidos pela ONG através de patrocínios e o jornal obtinha recursos também com espaços para publicidade local.

Porém, foi em função das relações do Ceasm com seus financiadores, de todos os tipos, que se deu boa parte das tensões entre a equipe do jornal e a ONG, especialmente depois do racha da direção. Em diversas circunstâncias, o jornal abordava instituições parceiras da ONG de uma forma que, supunha-se, poderia estremecer as

relações de apoio e financiamento, e a diretoria intervinha no conteúdo produzido para o jornal, desagradando em grande medida a equipe.

Houve também outros episódios que abalaram as relações entre a direção da ONG e a equipe do Jornal. Por duas vezes, recursos que deveriam ser aplicados integralmente no jornal o foram apenas parcialmente, apresentando-se como justificativas para tal por parte da direção da ONG o fato da instituição encontrar-se em dificuldades financeiras. Cada um a seu tempo, esses dois episódios teriam determinado a extinção das equipes do Jornal naqueles momentos (Souza, 2001:116).

Entre 2009 e 2011 o jornal funcionou com uma equipe voluntária e suas publicações tiveram periodicidade irregular. No final de 2011, não foi possível manter a produção mensal de edições. O trabalho era excessivo para um número reduzido de pessoas, que, ocupadas em seus empregos, só conseguiam trabalhar conjuntamente pelo jornal nos fins de semana. Depois da edição “A saúde está doente”, de mês (a última publicada) ficou clara a necessidade de uma reestruturação da equipe. Era preciso encontrar e qualificar mais pessoas dispostas a trabalhar no jornal e reorganizar as atividades e responsabilidades dos integrantes.

3. As encruzilhadas de “O Cidadão” após seus primeiros dez anos

Foi nesse contexto de crise que propusemos à Gizele a parceria com o Laboratório de Comunicação Dialógica da Uerj (LCD). Por meio dessa parceria, o LCD manteria pelo menos um estagiário no jornal. Este estagiário teria a dupla função de auxiliar nas atividades cotidianas do jornal e sistematizar informações sobre o mesmo. Em suma, ao mesmo tempo estaria aprendendo os métodos e técnicas do jornalismo comunitário e produzindo conhecimentos relevantes sobre o tema.

A proposta da parceria parece ter caído como uma luva para o Jornal “O Cidadão”, dadas as dificuldades que enfrentava naquele momento, principalmente no que se refere à falta de voluntários para se dedicar ao jornal. Naquela época, o jornal

estava parado. A edição de número 64, que havia saído com alguns problemas, estava pronta para ser distribuída, embora não houvesse recursos para tal; e não havia equipe disponível para produzir as matérias para a edição seguinte. A partir daí, Maisa - aluna de graduação do curso de Filosofia da Uerj que havia entrado no grupo há poucas semanas – começou a acompanhar as atividades do jornal.

Após uma semana de trabalho em “O Cidadão”, Maisa já produzia o seu primeiro caderno de campo sobre a Maré, que termina da seguinte forma: “fomos bem recebidos e ao que tudo indica iremos auxiliar e acompanhar o “renascimento” de “O Cidadão”. Na semana seguinte, ela já recebia como tarefa a realização de matérias para a edição de número 65; sua integração à equipe do jornal foi rápida. Logo vimos que ela iria sim encarar o desafio proposto e parecia entusiasmada com as suas novas tarefas. Uma das primeiras foi a realização de uma matéria que trata de representações sobre a favela e o muro que foi construído para separar o conjunto de favelas da Maré da Linha Vermelha. Aos poucos, os cadernos de campo de Maisa tornaram-se mais densos e bem escritos, revelando, por um lado, a importância que aquela experiência teria para a sua formação e, por outro, as contradições que aquele caso trazia para o debate sobre Comunicação Comunitária⁵.

Nesse contexto, a equipe do jornal e a diretoria do Ceasm decidiram promover um curso de comunicação comunitária, na expectativa de que parte dos alunos se interessasse em integrar a equipe do jornal e, possivelmente, trabalhar em outras áreas, ampliando as atividades de “O Cidadão” (para rádio e internet principalmente). A idéia era de que o trabalho final consistisse na realização da nova edição do jornal, tendo a participação dos alunos em todas as etapas de produção, ainda que isso não fosse garantia da adesão de qualquer estudante à equipe de forma definitiva.

O curso foi concebido, portanto, visando uma formação ampla e crítica do universo da comunicação comunitária, debatendo teoricamente o fenômeno e

⁵ As anotações de campo de Maisa, assim como as das outras pesquisas que realizamos, são discutidas nas reuniões quinzenais dos membros do Laboratório de Comunicação Dialógica.

fornecendo qualificações técnicas em fotografia, rádio, produção textual, cartuns, diagramação etc. Além disso, foi dada uma atenção especial à realidade socioeconômica e o contexto histórico das favelas da Maré. Esse assunto era tratado teoricamente e também aparecia nos exercícios técnicos realizados.

O curso durou 5 meses, de julho a novembro de 2012. As aulas aconteciam aos sábados e ocupavam toda a manhã e toda à tarde, de maneira que foram interrompidas as reuniões do jornal, que aconteciam no mesmo dia. A equipe do jornal se concentrou, então, na realização do curso, trabalhando na sua organização e divulgação. A divulgação se deu basicamente na internet e em cartazes espalhados pela Maré. As inscrições eram realizadas pela internet e qualquer um podia se inscrever. Havia sido acordado que o curso seria gratuito e ofereceria almoço e lanche no fim da tarde. Houve incertezas até o último momento, especialmente em relação à alimentação, que seria financiada pela direção da ONG, mas que, para a equipe, só foi dada como certa na última semana que antecedia o início do curso.

As aulas eram ministradas dentro da ONG, numa das salas utilizadas para o curso pré-vestibular. Cada dia de aula, geralmente, havia dois professores, um para o turno da manhã e outro para o turno da tarde. Os professores, em grande maioria, eram técnicos e realizadores com experiência profissional no campo da comunicação, mas havia também historiadores e pesquisadores. Os alunos do curso compunham um conjunto bastante heterogêneo, de idades, lugares, vivências e interesses muito diversificados. Havia um número um pouco maior de moradores da Maré e estudantes do pré-vestibular, mas se inscreveram também, para a surpresa dos realizadores, muitas pessoas de outras comunidades, geralmente engajadas em ONGs, movimentos sociais ou mesmo outros veículos de comunicação.

A partir da experiência do curso, surgiram diversas ideias que apontavam para uma ampliação do alcance e das atividades do jornal. Comunicadores de outras localidades se interessaram em se tornar colaboradores de “O Cidadão”, produzindo

matérias sobre suas comunidades para o jornal. Algumas pessoas se interessaram em produzir conteúdo para internet e rádio.

Essas propostas, num primeiro momento, não tiveram sequência, tendo em vista que se tratava de um processo de rearticulação da equipe, em que uma nova organização de atividades e diretrizes era desenvolvida junto à equipe ainda em formação. Os membros que vieram do curso vêm demonstrado níveis diferentes de participação. Alguns têm contribuído de forma ainda incipiente, enquanto outros já se integraram plenamente à equipe, frequentando as reuniões e participando da reconstrução do jornal.

As maiores dificuldades desse processo de rearticulação têm sido definir uma equipe fixa, distribuir funções e dar continuidade às iniciativas tomadas. O objetivo é fazer com que os membros da equipe exerçam suas funções de forma autônoma e independente, já que, na prática, apesar da divisão de tarefas e do estabelecimento de metas, todas as etapas do trabalho acabam passando pela Gizele, a editora do jornal que está a sua frente já há alguns anos. Além disso, pesam as dificuldades de sustentabilidade do jornal, de captação de recursos mínimos para manter uma equipe da qual sua editoria possa cobrar resultados.

4. As contradições relacionadas ao financiamento da comunicação comunitária

O caso que estamos analisando revela mais uma vez uma contradição que perpassa a história dos movimentos sociais, qual seja, a capacidade de manter-se mobilizado vis a vis a de obter recursos para subsistência. Esse não é um debate recente. Embora nos últimos anos ele tenha se tornado mais premente e, por isso, o tenhamos verificado em várias situações em nossas pesquisas sobre movimentos sociais (Macedo, 2003; Rosa, 2004; Macedo *et alli* 2007), outros autores já a haviam apontado em suas pesquisas (Redfield, 1956; Mintz, 1985). O fato é que, para manter-se mobilizado é necessário tempo hábil para determinadas tarefas relacionadas ao cotidiano dos

movimentos sociais e, cada vez mais, quem dispõe-se a exercê-las tende a encontrar dificuldades para sua subsistência. Essas dificuldades muitas vezes afastam as pessoas dos movimentos sociais ou, mesmo mantendo-se em parte presentes, de sua capacidade de exercer as tarefas necessárias para manter o grupo mobilizado. Se, até a década de 1980, as pessoas tinham um emprego e, nas horas vagas, podiam exercer atividades voluntárias, hoje essa disponibilidade tende a ser menor. As pessoas precisam de dois ou três empregos para se manter; as novas formas de organização da família (com novas demandas tanto às mulheres como aos homens) e da nossa subjetividade, cada vez mais apegada aos cuidados com o ego, nos impõem pesadas restrições ao voluntarismo para participação em movimentos sociais. No caso em questão, tanto Gizele como Douglas e Alex, os membros mais experientes da equipe do jornal, não têm condições de obter recursos para suas respectivas subsistências e, ao mesmo tempo, dar conta da edição de um jornal comunitário. Até certo momento de suas vidas, quando exerciam papéis secundários no sustento de seus respectivos lares, isso foi possível. Mas, a partir de certo ponto, quando precisaram se dedicar mais às atividades que lhes ofereciam recursos, isso se tornou impossível.

Muitas vezes, as dificuldades de participação acionam conflitos e acusações entre as partes envolvidas em um movimento social. Aqueles que participam mais acusam os que participam menos de falta de interesse, sem levar em conta condições diferenciadas de possibilidades para essa participação. Os acusados, sentindo-se injustiçados, tendem a cessar por completo sua participação ou criar condições para tal que afetam negativamente a capacidade de mobilização do grupo (Macedo, 2003).

Essa contradição nos remete a uma segunda. São grandes as dificuldades de obtenção de apoio do Estado e das empresas às atividades de comunicação comunitária. As iniciativas de políticas públicas nessa área nas três esferas de governo são pontuais e as empresas não demonstram grande interesse em apoiar meios que ofereçam visões alternativas àquelas publicadas nos veículos aos quais pagam para anunciar os seus produtos e serviços. Nesse contexto, quando o fazem, de fato, na maioria das vezes, é

para compensar ações danosas e, portanto, para obter legitimidade para continuar a exercê-las. Há algum tempo essa contradição está presente no cotidiano de “O Cidadão”. Enquanto a direção do Ceasm aceita, parte da equipe do jornal posiciona-se contra a obtenção de apoio de instituições que o ofereçam como estratégia de marketing utilizada para compensar ações que viessem a causar prejuízos para os moradores da Maré. De modo que, mesmo diante de dificuldades para obter apoio, é compreensível a preocupação de alguns em refletir sobre a validade de receber apoio de alguém que, em última instância, nos faz dependentes e contribuintes desse círculo vicioso. Mas, quais seriam os parâmetros a serem utilizados para definir quem é digno de patrocinar nossos projetos? É viável classificar os agentes sociais a partir de um padrão de conduta considerado eticamente adequado? Se não, como proceder?

Essas são questões difíceis de responder. Nossa experiência acompanhando as atividades e os debates sobre comunicação comunitária nos mostra que os grupos que atuam na área têm mostrado os mais diversos tipos de orientação ética a respeito do tema. Recentemente, mediamos um debate na Uerj onde apareceram orientações extremas. De um lado, havia um grupo que era veementemente contrário a receber patrocínio de qualquer organização comprometida com a lógica capitalista de mercado. Essa organização financia-se vendendo alguns produtos culturais (tais como cds, dvds, livros etc) e atua por meio do trabalho voluntário. Encontra-se no momento em dificuldades para manter suas operações, tanto por perseguição dos aparelhos repressivos do Estado, como por dificuldades de manter uma equipe de voluntários. De outro, uma ONG renomada, que tem sido financiada com o patrocínio de empresas e do Estado, sem qualquer restrição. O representante dessa ONG afirmou que gostava de exibir o tênis de marca mais caro para mostrar aos jovens que moram na mesma favela que é possível adquirir bens a partir do trabalho honesto, em um discurso que, no mínimo, valorizava o consumo deste tipo de artigo de luxo e aceitava como natural a lógica consumista. Entendemos que há um enorme espaço a ser explorado entre estas duas orientações. Entre a negação completa da lógica de mercado e a sua reprodução

acrítica pode-se contribuir para transformações sociais consideráveis.⁶ Conforme vimos na introdução, a tendência do mercado é atuar no sentido de se apropriar das produções culturais e formatá-las como produtos de mercado (Chauí: 2006:134-135). Mas, nem sempre atuam assim e, quando atuam, essa apropriação se dá em graus diferenciados. Acreditamos que cabe aos grupos que militam na área negociar as condições de patrocínio a partir de uma leitura responsável de cada situação. E, várias organizações - e não por acaso as mais respeitadas e que vem conseguindo os resultados mais expressivos – vêm atuando entre estes extremos.

Além dos patrocínios diretos que associam os projetos aos seus financiadores, se estamos falando de meios de comunicação, outra forma de obter recursos é a publicidade. Como vimos, o jornal “O Cidadão” já utilizou essa forma de obter recursos num passado recente, o que lhe rendia recursos consideráveis. Para um jornal comunitário obter esses recursos é necessário manter uma estrutura mínima voltada para esse fim: captar interessados em veicular publicidade, preparar os anúncios e administrar a relação comercial entre as partes. A realização desse trabalho envolve conhecimentos e habilidades específicas que dificilmente são encontradas em pessoas dispostas ao trabalho voluntário. Em geral, as pessoas que realizam esse trabalho só o fazem se remuneradas. Como estamos falando de um veículo de comunicação comunitária, que atrai pequenos negócios da localidade e, portanto, opera com baixos valores para os anúncios, fica difícil que a relação custo-benefício seja vantajosa para a realização desses esforços. A solução viável a partir dessa dificuldade é que os próprios jornalistas e administradores do veículo se apropriem dessas técnicas para viabilizar a obtenção destes recursos.

⁶ Saldanha parece ter a mesma percepção em relação aos tipos de posicionamento dos movimentos de comunicação comunitária. Segundo a autora: “temos a esfera local que se subdivide em três tipos: um primeiro que acaba aderindo à lógica hegemônica, ainda que se empenhe em sustentar um discurso de resistência; outro que realmente resiste radicalmente às forças do mercado, fortificando o cisma entre incluídos e excluídos do sistema que baliza a sociedade civil; e, na contrapartida dos dois primeiros modelos, o terceiro, composto por comunidades representantes da esfera local que fazem questão de se incluir na sociedade civil, sem se desvincular, todavia, de seus princípios fundadores.” (Saldanha, anoVIII/ sem p.)

Superada essa dificuldade estrutural, retornam as mesmas questões éticas levantadas para o patrocínio direto e a estas somam-se outras. É ético vender publicidade para organizações que contribuem para as mazelas sociais e ambientais que sofremos? É possível discriminar quem pode estampar a sua marca no jornal e quem não pode? Uma vez aceitando-se fazer publicidade para determinada empresa, haveria limites para o espaço a ser ocupado, de modo a equilibrar minimamente a concorrência entre os que podem e os que não podem veicular anúncios e, dessa forma, contribuir para um maior equilíbrio de posições nos mercados?

Sobre essa última questão, a própria experiência do jornal “O Cidadão” nos mostra que sim, é possível criar regras que favoreçam a concorrência sadia nos mercados locais. Durante o período que utilizou a publicidade como fonte de recursos, o Jornal limitava o tamanho dos anúncios em meia página e seguia critérios pré-estabelecidos que restringiam os tipos de propaganda. Anúncios de bebidas alcoólicas, cigarros, propaganda infantil e eleitoral não eram aceitos, por mais que um grupo ou empresa se dispusesse a pagar por isso.

Outra alternativa que vem sendo utilizada - viabilizada pelas novas tecnologias da informação - são os mecanismos de financiamento solidário, reconhecidos sob a alcunha de *crowdfunding*. Na verdade, essa não me parece uma ideia exatamente nova. Não é de hoje que grupos se mobilizam para financiar as ações de seus pares através da geração dos mais diversos tipos de fundos de reserva ou compensação. O que há de novo é que agora isso pode ser feito para ações específicas, de modo mais ágil e para além das fronteiras geográficas, em outras palavras, as novas tecnologias da informação facilitaram bastante essa forma de arrecadação de recursos.

Essa possibilidade não resolve nenhuma das duas contradições apontadas acima, embora possa suavizá-las, principalmente a primeira. Seria importante a realização pesquisas que pudessem identificar até que ponto o financiamento de ações cotidianas dos movimentos sociais de forma solidária vem se configurando uma opção eficaz e, portanto, um caminho. De um modo ou de outro, o fato é que a ativação dessas

modalidades de financiamento solidário, se bem utilizadas, podem significar uma resposta para esses dilemas e contradições.

5. *Considerações Finais*

Procuramos neste artigo apresentar os primeiros resultados da pesquisa de campo com observação participante que estamos realizando junto a grupos que desenvolvem atividades de comunicação comunitária no Rio de Janeiro. Embora este trabalho ainda esteja em seu início, já conseguimos visualizar alguns dos principais desafios a serem enfrentados pelos movimentos que atuam nessa área.

Ao lado de outros, a experiência do Jornal “O Cidadão” nos mostra a importância do apoio institucional da mantenedora de um veículo para o desenvolvimento de suas atividades cotidianas. Por mais que um veículo mantenha relativa independência em relação à instituição à qual se vincula, seus limites tornam-se evidentes em determinadas questões administrativas, logísticas e de financiamento para as atividades de ambas.

Outro fato que o acompanhamento deste jornal nos mostra, e que de certa forma parece ser negligenciado por uma bibliografia que trata o tema com um certo romantismo, é que trabalhar no universo da comunicação comunitária envolve a permanente administração de conflitos, que podem ser de diversas naturezas. Conflitos de natureza administrativa, política, logística e ideológica. Conflitos entre os dirigentes de instituições mantenedoras e os coordenadores dos seus veículos de comunicação; entre membros da equipe de comunicação; entre o veículo/instituição e as forças políticas que atuam na localidade (poder público, traficantes, milicianos etc); entre ONGs que atuam numa mesma localidade; entre os veículos e seus patrocinadores. Enfim, o que tentamos mostrar é que este universo está distante de um recanto pacato em que todos colaboram e, por isso, se sentem seguros, como sugere, por exemplo, Bauman (2001) em suas análises sobre a vida em comunidades. O universo da

comunicação comunitária é um universo de disputas e, nesse sentido, reconhecer isso pode ser o primeiro passo para conseguir bem administrá-las.

Não obstante, o maior desafio para quem atua nesse universo está relacionado às contradições do financiamento das atividades de comunicação comunitária, foco deste artigo. As dificuldades que estão sendo vivenciadas pelo jornal “O Cidadão”, um jornal já consolidado, que recebeu alguns prêmios por sua atuação, evidenciam esse argumento. Mesmo com uma trajetória marcada por grandes êxitos, em decorrência de todos os problemas, dificuldades e contradições para a sua sustentabilidade, o jornal ficou um ano paralisado e esteve perto de fechar suas portas. Isso só não ocorreu devido ao enorme voluntarismo de pessoas que ali militam já há alguns anos. O mesmo ocorre com quase todos os veículos de comunicação comunitária que, com a falta de apoio do Estado, de instituições privadas e às vezes de suas próprias instituições mantenedoras, são obrigados a encerrar suas atividades prematuramente.

Diante desse quadro de dificuldades para a sustentabilidade dos veículos de comunicação comunitária, nos parece que a aposta na diversidade das fontes de financiamento possíveis – editais públicos, patrocínio, venda de publicidade, venda de produtos, realização de eventos, *crowdfunding*, realização de parcerias com vistas a trocas entre os grupos etc – reduz sua vulnerabilidade. Quanto mais fontes de financiamento um grupo conseguir articular, menor tende a ser a sua dependência diante de dificuldades ou ingerências de uma ou algumas destas fontes.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis (1996). Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: Um mapa da ideologia, pp.105-142. ZIZEK, Slavoj (org.). Ed. Contraponto, Rio de Janeiro.
- BAUMAN, Zygmunt (2003). Comunidade – a busca por segurança no mundo atual. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- BOBBIO, Norberto et alli (1986). Dicionário de Política. Ed. da UNB, Brasília.

- CHAUI, Marilena (1980). Democracia e cultura – o discurso competente e outras falas. Ed. Moderna, São Paulo.
- _____ (2006). Cidadania cultural – o direito à cultura. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo.
- MACEDO, Marcelo Ernandez. 2003. *Zé Pureza - etnografia de um acampamento no norte fluminense*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPCIS/UERJ;
- MACEDO, Marcelo Ernandez; MAIA, Juliana G. V. & MONTEIRO, Maria Gabriela (2007). *Sociedade em Movimentos – trajetórias de participação social na Baixada Fluminense*. Imprinta, Rio de Janeiro;
- ROSA, Marcelo (2004), *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- SILVA, Eliana Sousa (2012). *Testemunhos da Maré*. Coleção Tramas Urbanas. Aeroplano, Rio de Janeiro;
- SALDANHA (s/a). <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/publicidade-comunitaria-uma-ferramenta-atual-de-resgate-e-fortalecimento-dos-principios-comunitarios/>
- SOUZA, Renata da Silva (2011). *O CIDADÃO: uma década de experiência ideológica, pedagógica e política de comunicação comunitária*. Tese de mestrado em Comunicação Social - Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- ESTEVES, André de. *O Cidadão, um jornal comunitário na era da globalização*. Tese de mestrado em Comunicação Social – Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2004.

- REDFIELD, Robert (1956). *Peasant Society and Culture; an anthropological approach to civilization*. [Chicago] University of Chicago Press [1956]
- MINTZ, Sidney W. 1985b *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Viking.

Sites Consultados

<http://smsdc-cms-viladojoao.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>

<http://viagensorioantigo.blogspot.com.br/2009/05/complexo-da-mare.html>

<http://redesdamare.org.br/?cat=28> <http://redesdamare.org.br/?cat=28>

<http://soulbrasileiro.com.br/main/rio-de-janeiro/favelas/complexo-da-mare/complexo-da-mare/>

http://www.acaocomunitaria.org.br/institucional/vila_do_joao.asp